

Pour un féminisme de la totalité

FÉLIX BOGGIO EWANJÉ-EPÉE, STELLA MAGLIANI-BELKACEM, MORGANE MERTEUIL E FRÉDÉRIC MONFERRAND (COORDS.)

Paris: Éditions Amsterdam, 2017. 420p.

Izadora Xavier*

A revista *Période* (revueperiode.net) publica regularmente, desde 2014, traduções e textos inéditos de temáticas que considera sub-representadas no marxismo francês. Os responsáveis pelo *site* e organizadores da coletânea *Pour un féminisme de la totalité* promovem também grupos de leitura em diferentes cidades francesas. Por meio do seu grupo de leitura, *Période* se insere no panorama dos coletivos revolucionários parisienses. Na introdução da obra, isso se vê pela interlocução com coletivos que têm uma tradição autônoma, a quem se dirigem quando falam sobre “totalidade”.

O livro reúne uma série de textos que buscam polemizar com grupos feministas que estão engajados no Estado. Os organizadores criticam a cooptação do feminismo pelas instituições estatais, principalmente no caso europeu, o que renovou uma antiga aliança entre feminismo branco e políticas de Estado racistas, imperialistas e, sobretudo, oportunistas. A obra representa um esforço de denúncia dessas alianças entre direita e retórica feminista, enquanto oferece, ao mesmo tempo, uma via revolucionária àquelas que se politizam atualmente.

A coletânea é dividida em “Introdução”, “Epílogo” – um belo discurso de Angela Davis, datado de 1985, que nos lembra de que a luta contra a violência às mulheres é estrutural – e quatro partes.

* Doutoranda em Sociologia pela Université Paris 8. E-mail: izadora.x@gmail.com

A primeira parte trata da gênese histórica da opressão das mulheres. Eleanor B. Leacock, por meio de um estudo antropológico, resgata a visão não do matriarcado primitivo, mas do comunismo primitivo. O que não apenas funciona para abalar a ideia do “patriarcado universal” (e, por consequência, inescapável), mas também para afirmar que a principal ferramenta para a evolução dessa nossa espécie tão biologicamente frágil não foi a força, e sim a linguagem, a cooperação e as ferramentas. Desigualdade e dominação não são imperativos biológicos. Resultam de um processo histórico que destronou outras formas de organização.

Continuando a reflexão histórica, Matthieu Renault retoma as ideias de Alexandra Kollontaï e a crítica feminista da família, que é tão antiga quanto a revolução. Esta, de acordo com a Comissária do Povo para a Assistência Pública, levaria ao “definhamento natural” daquela. O fim da propriedade privada, a socialização das tarefas reprodutivas, o acesso universal ao aborto e aos métodos contraceptivos e o fim do estigma sobre a sexualidade feminina minariam de uma vez por todas as bases materiais do casamento, esvaziando e fazendo desaparecer essa instituição.

Essa reflexão abre caminho para os debates de como repensar, num projeto comunista, as tarefas de reprodução, tema da segunda parte. Nas terceira e quarta partes, os autores debatem sobre o processo histórico ao longo do século XX que transformou as teses revolucionárias em prol do “definhamento da família” em lutas pela defesa do casamento gay, e o que a passagem de um objetivo a outro representa. De acordo com Gianfranco Rebutini, isso teria a ver com a reestruturação do bloco histórico, no qual uma “homonormatividade” passa a integrar a hegemonia, mantendo a coerência desse bloco, sobretudo graças à atualização de ideologias e estruturas racistas e sexistas.

A coletânea tem seu ponto alto com os textos que exploram a “reprodução social” e sua continuidade em relação ao processo produtivo; produção e reprodução formam uma totalidade. Qualquer crítica ao capitalismo e qualquer programa revolucionário deverão se pautar na reflexão sobre as condições materiais do sujeito subalterno que já é racializado e generalizado. Ainda que centrado num contexto euro-americano, com ênfase em autores anglófonos, o capítulo escrito por Tithi Bhattacharya, em sua análise das ligações entre o neoliberalismo e o crescimento da violência sexista, assim como o de Kevin Floyd sobre a venda de material biológico por mulheres do Sul para casais do Norte e a reflexão de Sara Farris, centram suas análises em dinâmicas que ultrapassam o centro capitalista (o que reforça a ideia de que o fundamento da crítica passa pela consideração das condições materiais da subalternidade. O mais autocentrado dos analistas dos países do capitalismo avançado não poderá falar desses temas reduzindo-os às dinâmicas desses países).

Historicamente, as mulheres controlam várias dimensões da reprodução: costuram, produzem laticínios, materiais de limpeza, têm seu próprio pomar, granja etc. Se, de um lado, a industrialização e o consumo de massa liberaram do trabalho doméstico algumas mulheres, de outro inseriram outras, no caso, a maioria delas,

em estado de despossessão. Em contexto neoliberal, em que crises financeiras (como a de 2008) põem em xeque o acesso à habitação ou à água (privatização na África do Oeste), as necessidades materiais de reprodução, adicionadas às expectativas ideológicas sobre as mulheres, respondem pelo aumento das violências sexistas. As Zonas Econômicas Especiais dos “Tigres Asiáticos” (de baixos salários, alta incidência de violência e assédio sexual, controle estatal da sexualidade das trabalhadoras) mostram que o “desenvolvimento” funda as ideologias de gênero, que geram lucro para classes dominantes e violências para as subalternas.

A divisão internacional do trabalho é igualmente “generificada”: o Terceiro Mundo oferece cada vez mais babás e trabalhadoras domésticas para o Primeiro. Enquanto os homens são vistos ideologicamente e mesmo em termos jurídicos (usando os exemplos da Alemanha e dos Países Baixos) como “maus imigrantes”, as mulheres migrantes não são tratadas do mesmo jeito. A eles é atribuído o rótulo de “roubar empregos nacionais”, ao passo que as mulheres imigrantes serviriam de mão de obra reprodutiva, respondendo ao modelo neoliberal e privatizado de cuidados e liberando as mulheres do país para o trabalho produtivo. Se as mulheres europeias corresponderiam ao conceito tradicional de “exército de reserva” de mão de obra, num contexto de baixa salarial generalizada, as imigrantes seriam um “exército regular de mão de obra barata” (substituindo o trabalho reprodutivo não remunerado).

A iniciativa de publicar *Pour un féminisme de la totalité* mereceria reconhecimento mesmo se tivesse servido simplesmente como meio para a publicação dos dois excelentes ensaios de Morgane Merteuil. Comparando a campanha *Sexwork is work* [Trabalho do sexo é trabalho] com a dos anos 1970 de “Salários para o trabalho doméstico”, a autora dirá que ambas são “lutas reformistas com potencial revolucionário”. Se o ideal não é o de um mundo no qual a prostituição seja uma das principais ocupações femininas, é pautando a autogestão dessas trabalhadoras, a partir do contexto existente, e afirmando o trabalho sexual como trabalho reprodutivo que se poderá alcançar o anseio profundamente radical de “chamar de trabalho o que é trabalho, para que possamos redescobrir o amor e inventar a nossa sexualidade, que nunca conhecemos” (p.312).

Pour un féminisme de la totalité foi lançado no primeiro evento anual organizado pela revista *Période*. A programação do evento, para que o leitor tenha uma dimensão do significado do livro, encerrou uma contradição evidente, pois englobou quatro diálogos de uma hora cada com *um pensador*, e a mesa-redonda final, também de uma hora, exigiu que as intervenções das quatro debatedoras, Sam Bourcier, Françoise Vergès, Morgane Merteuil e Stella Magliani-Belkacem, fossem comprimidas no mesmo período de tempo que cada debatedor teve individualmente. Essa programação, um tanto quanto contraditória com o espírito do livro, deve ser retida como ilustração de algo. O feminismo é fundamental para o pensamento da esquerda, mas ainda falta que aos bons livros e às boas autoras seja acordado tempo suficiente.